



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º 84/2021 - "DAF/SAAM"

----- **JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** -----

----- **FAZ PÚBLICO**, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal, na sua terceira reunião da sessão ordinária de junho realizada no dia 2 de julho de 2021, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, pelas 19h00, tomou as seguintes deliberações: -----

----- Estando presentes 22 eleitos, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, alterar a organização da sessão ordinária de junho, acrescentando mais uma reunião, a 4.ª, a realizar no dia 12 de julho (segunda-feira), pelas 19h00, no Cineteatro Municipal João Mota. - -----

----- A distribuição dos pontos pelas 3.ª e 4.ª reuniões da sessão ordinária de junho, e respetiva organização ficou de seguinte modo: -----

----- Reunião de 02 de julho (3.ª reunião): -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos -----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 4. Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens. -----

----- Reunião de 12 de julho (4.ª reunião): -----

----- Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos -----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 5. Apreciação da Atividade Municipal. -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **Aprovou, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2020.**

----- **Aprovou, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada no dia 18 de junho de 2020. --**

----- **Aprovou, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Casaca, e guardou um minuto de silêncio em sua memória:** -----

----- *"No passado dia 17 de maio de 2021, faleceu Joaquim de Jesus Gomes Casaca, cidadão respeitado, reconhecido e acarinhado pela população do concelho de Sesimbra. -----*

----- *Natural da freguesia de Sobral de Monte Agraço, concelho de Lisboa, onde nasceu a 1 de agosto de 1940, com apenas cinco meses veio viver para Sesimbra, concelho de onde era natural seu pai. -----*

----- *Fez a instrução primária na freguesia do Castelo, tendo de seguida dado início ao ofício de pedreiro, como tantos meninos da sua geração, na construção da Avenida da Liberdade em Sesimbra.--*



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Chamado a cumprir o serviço militar, assentou praça em Castelo Branco, tendo vindo para a Polícia Militar, instalada em Lanceiros 2, quartel que ficava na Calçada da Ajuda, em Lisboa. -----

----- Regressa a Sesimbra para trabalhar na construção do Hotel do Mar, tendo sido convidado pela ERG para ser encarregado nessa obra emblemática do nosso concelho. Recusa o pedido e ruma numa jornada pela Europa e pelo Canadá, onde trabalhou para uma empresa alemã proprietária de uma fábrica de roulottes.-----

----- Sendo um homem de causas e ideais, quando recebe a boa nova da revolução de 25 de abril de 1974, regressa de imediato à sua terra, associando-se ao MDP – Movimento Democrático Português onde permanece até à sua extinção. -----

----- Torna-se militante do PS – Partido Socialista, onde a nível autárquico desempenhou várias funções, salientando-se os cargos executivos na Junta de Freguesia do Castelo, por dois mandatos compreendidos entre 1997 e 2005, as participações nas listas do PS à Assembleia de Freguesia do Castelo, Assembleia Municipal de Sesimbra e participações como eleito em reuniões da Assembleia Municipal. -----

----- Considerado um excelente autarca e homem solidário, revelou-se em múltiplos aspetos, mas, em especial, na dedicação, empenho e trabalho laborioso, em prol das obras de requalificação do “seu” Castelo que tanto venerava. -----

----- Esteve também desde jovem ligado ao movimento associativo, tendo feito parte, entre outros, dos órgãos diretivos da Cooperativa Castelo – Zimbra e da Casa do Povo de Sesimbra. -----

----- A sua experiência de vida profissional e política, assim como o seu amor a Sesimbra, foram promotores de uma outra paixão, a escrita, sob a forma de poesia, que em palavras do próprio surge como uma manifestação de sentimentos e do que lhe vai na alma. Neste campo, deixa um vasto registo de poemas, que refletem valores como a justiça, solidariedade e igualdade. -----

----- Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 02 de julho de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Joaquim Casaca e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências. -----

----- Dar conhecimento:-----

----- Aos familiares, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra, Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra, Comunicação social local e regional.”-----

----- **Aprovou, por unanimidade, a seguinte Saudação ao Museu Marítimo de Sesimbra:**-----

----- “No seu quinto ano de existência, o Museu Marítimo de Sesimbra, aberto ao público desde 2016, já revelou a sua importância quer a nível local quer além fronteiras. Disso são prova de reconhecimento os prémios e nomeações, nacionais e internacionais, que entretanto regista.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Ao nível local assume o papel de repositório e testemunho de uma atividade que justifica a ocupação do território há cerca de cinco mil anos, dando a conhecer às gerações atuais e futuras, a evolução das técnicas e praticas piscatórias ao longo dos tempos. O mar, sempre presente na formação de uma identidade local/regional, molda vidas duras que recorrem à devoção para aliviar o sofrimento do quotidiano e persistir na dura faina, as atividades de comércio ou indústria na sequência das pescas, a obvia construção naval, mais tarde o turismo, tudo ali tem seu lugar, sendo apresentado quer como espólio, em grande parte dádiva de pescadores e familiares, quer com recurso às tecnologias mais atuais. Podemos ainda relevar a localização do Museu num espaço nobre da vila, durante longos anos relegado ao papel de colonia de férias, que assim para além da necessária recuperação e manutenção do imóvel, lhe proporciona merecida visibilidade, permitindo o usufruto pela população deste ‘marco’ sem dúvida singular, que assim imprime o seu cunho na história local. Não é por mero acaso que qualquer alusão à vila de Sesimbra nos meios de comunicação, tem sempre por referência a imagem da ‘Fortaleza’.

----- Pelo exposto, pela abnegação de quantos ali trabalham e no seu quotidiano recebem alunos de escolas, investigadores ou meros turistas, que aqui, como que a uma janela se abeiram e lançam o olhar sobre velhos saberes e vidas do mar, a Assembleia Municipal reunida em 2 de julho 2021, saúda o Município de Sesimbra e todos os técnicos, funcionários e trabalhadores que ao longo dos anos recuperaram projetos e ações, que com o seu trabalho projetam Sesimbra e o seu Museu Marítimo, que assim se vê reconhecido e dignificado a nível europeu.

----- Dar conhecimento: -----

----- Presidente da República; Primeiro-ministro; Ministro da Cultura; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares; Câmaras e Assembleias da Área Metropolitana de Lisboa; Área Metropolitana de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho; Comunicação social local e regional.”-----

----- **Aprovou, por unanimidade, a seguinte Saudação à 18ª Assembleia Municipal de Jovens:**-----

----- “Face ao contexto pandémico que vivemos, foi proposto e aceite com entusiasmo por toda a comunidade participante, que este ano as atividades inerentes a este projeto se desenrolariam num formato digital, como tal, no “ Eleito por um dia “, os alunos tiveram oportunidade de passar um período do dia com os eleitos locais, Presidente da AMS, Presidente da CMS e com os três Presidentes de Junta de Freguesia mas desta vez atrás da tela do computador partilhando até, se assim se pode chamar, uma refeição à distancia. Também a eleição da mesa da AMJ teve de ser remodelada com a necessidade da adoção de um método de votação que se coadjuvasse com as novas circunstâncias.

----- E foi deste modo, percorrendo todas as etapas, que no passado dia 8 de Junho se realizou a



Assembleia Municipal de Sesimbra

sessão da 18ª Assembleia Municipal de Jovens (AMJ), tendo como tema central “ Proteger e valorizar o habitat natural na comunidade local e no mundo. Qual é o nosso contributo?”, quis o destino que no ano em que atingiu a maioria este projeto tivesse que se reinventar naquela que foi provavelmente a sua maior mutação, com os alunos separados nas respetivas escolas e a Mesa a funcionar no Auditório Conde Ferreira, sendo desejo de todos os intervenientes que se regresse ao modelo convencional assim que possível, já que se trata de um dia aberto que tanto alunos como professores assumem ser da maior relevância, dada a importância do intercâmbio entre todos.-----

----- Num ano em que nas escolas todos tiveram que se adaptar e em que o mais fácil seria deixar cair o projeto, toda a comunidade deu uma resposta que importa salientar, valorizar e enaltecer, abraçando mais uma vez o desafio, alunos e professores organizaram as suas bancadas escolares e trabalharam na elaboração dos seus vídeos e das suas propostas, contando sempre com o apoio dos diretores de agrupamento.-----

----- Pretende assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reconhecer o valor das propostas dos alunos e manifestar o seu agradecimento aos Diretores dos Agrupamentos, ao trabalho dos professores envolvidos e respetivos alunos em mais um ano de Assembleia Municipal de Jovens, este tão particular e memorável.-----

----- Deste modo a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 2 de Julho de 2021 saúda a realização da 18ª Assembleia Municipal de Jovens e todos os seus participantes pela sua determinação, perseverança e gosto pelo exercício da cidadania.-----

----- Dar conhecimento:-----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores dos Agrupamentos do Concelho de Sesimbra; Professores envolvidos no projeto da AMJovens; Associações de pais do Concelho de Sesimbra.”-----

----- Aprovou, por unanimidade, a Saudação a Ricardo Manuel Carapinha Pólvora Caleiro, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

----- “No dia 10 de junho de 2021, tomou posse como Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, após nomeação da direção e homologação do presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.-----

----- Descendente de uma família dedicada à nobre causa dos bombeiros e em particular à Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, aos três anos de idade começou a frequentar o antigo quartel, levado pela mão do seu pai Lúcio Caleiro 2.º Comandante e grande impulsionador da construção do atual quartel.-----

----- Ricardo Manuel Carapinha Pólvora Caleiro, é natural de Sesimbra – Santiago, ingressou



Assembleia Municipal de Sesimbra

oficialmente no Corpo de Bombeiros de Sesimbra aos 13 anos de idade em 01-01-1976, no posto de infante. -----

----- Sempre primou por receber formação sendo um formando acima da média, que originou a sua promoção ao posto de Bombeiro de 3ª classe em 20-09-1982, antes da idade mínima de acesso. -----

----- A progressão na carreira de bombeiro do Quadro Ativo deu-se naturalmente no tempo e dentro dos limites das vagas, sendo promovido a Bombeiro de 2.ª em 31-10-1986, a Bombeiro de 1.ª em 11-08-1996 e a Subchefe em 18-04-1998. -----

----- Em toda a sua carreira é constante a evolução curricular da formação especializada, destacando a frequência com aproveitamento dos cursos de Laboratório Móvel de Fogo, Tripulante de Ambulância de Socorro, Salvamento e Desencarceramento, Chefe de Grupo de Combate a Incêndios Florestais, Controlo de Matérias Perigosas e Condução Todo-o-Terreno. -----

----- Recentemente, e para que fosse nomeado Comandante do Corpo de Bombeiros de Sesimbra, frequentou a formação de Quadros de Comando, onde constavam os seguintes módulos: -----

----- Jurídica, Administrativa e Operacional de Corpos de Bombeiros, Gestão de Operações de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais, Gestão de Operações de Combate a Incêndios Rurais, Gestão de Operações com Multivítimas e Matérias Perigosas e Liderança Avançada. -----

----- Na vida profissional, é ainda de destacar a conclusão com mérito do Curso de Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----

----- Ricardo Caleiro representa o que a nossa sociedade tem de melhor e mais nobre a entrega à causa do bem comum, a defesa desinteressada de pessoas e bens, tendo por base o Lema “Vida por Vida”. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na terceira reunião da sessão ordinária de junho realizada no dia 2 de julho de 2021, delibera:-----

----- Saudar o Comandante Ricardo Caleiro e desejar-lhe o maior êxito nesta tão nobre missão. -----

----- Dar conhecimento -----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra; Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal; Liga dos Bombeiros Portugueses; Comunicação social local e regional.”-----

*----- **Deliberou, por unanimidade aprovar a Saudação subordinada ao tema “Voluntariado no Apoio à Vacinação para a Covid-19”, que a seguir se transcreve:-----***

----- “Desde há cerca de 4 meses que uma equipa da Proteção Civil da Câmara Municipal de Sesimbra e diversos voluntários participam ativamente no apoio ao processo de vacinação para a Covid-19, iniciativa a decorrer no Centro de Vacinação do concelho, instalado no Pavilhão Municipal na Quinta do



Assembleia Municipal de Sesimbra

Conde. -----
----- Efetivamente, desde o passado dia 1 de Março, que um grupo que já conta com 100 voluntários, distribuídos em pequenas equipas de 8/10 pessoas por turno, mantém uma presença diária para prestar apoio aos utentes que ali se deslocam para serem vacinados. -----
----- No âmbito de uma colaboração desenvolvida com a Câmara Municipal de Sesimbra e o ACES Arrábida, todos os dias os voluntários distribuem-se em turnos de 5h, ou mais horas, e juntam-se à equipa de profissionais presente no Centro de Vacinação, acolhendo, informando e auxiliando os utentes a deslocar-se no espaço, ajudando a preencher os questionários obrigatórios, e dando uma palavra de conforto a todos os que vão ser vacinados. Neste momento, já foram realizadas mais de 1080 horas de voluntariado naquele espaço. -----
----- Procurando implementar as melhores práticas na gestão de voluntariado, a Câmara Municipal de Sesimbra, através do Gabinete Municipal de Proteção Civil, proporciona enquadramento legal e formal, acompanhamento diário, formação sobre as medidas de higiene e segurança no âmbito deste projeto de voluntariado, funcionamento do próprio projeto e outra informação útil para a prática qualificada de voluntariado. -----
----- O Projeto de Voluntariado no Apoio à Vacinação para a Covid-19 constitui-se num importante apoio para os utentes, particularmente os mais idosos, e para as suas famílias, contribuindo para agilizar e facilitar o processo e, fundamentalmente, humanizar todo o sensível procedimento de vacinação. -----
----- A pandemia também está a ser um verdadeiro teste ao nosso sistema de saúde e tem colocado enormes pressões, mas tem elevado, paralelamente, a sua enorme capacidade de trabalho, dedicação, empenho e coragem. -----
----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, enaltece também o facto da pandemia ter significado para os profissionais de saúde um recomeço e uma oportunidade para explorar novos modelos de cuidados no centro dos sistemas de saúde. -----
----- Assim, consideramos “justo” e “merecido” que o trabalho da Câmara Municipal de Sesimbra, através do Gabinete Municipal de Proteção Civil, dos voluntários e dos profissionais de saúde seja louvado. -----
----- Dar conhecimento:-----
----- Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Unidade de Saúde Familiar do Castelo; UCSP de Sesimbra; UCSP da Quinta do Conde; Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde; ACES Arrábida; Ordem dos Enfermeiros; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Deputado Maria da Conceição Nero Gonçalves, por motivo de estar diretamente envolvida no Projeto, não participou na votação. -----

----- **Aprovou, por unanimidade, a Moção com o título “Estado de Saúde no Concelho de Sesimbra”, cujo conteúdo a seguir se transcreve:** -----

----- *“O Relatório sobre o Estado da Saúde no Concelho de Sesimbra, elaborado pela Comissão Sociocultural, mereceu a sua aprovação na sessão da Assembleia Municipal ocorrida a 18 de outubro de 2018, na sequência da qual foi considerada a realização de uma sessão temática sobre o assunto em apreço.* -----

----- *A referida Comissão desenvolveu um plano das audições junto de todas as entidades ligadas à área da Saúde, sediadas no concelho de Sesimbra, procurando perceber as dificuldades e constrangimentos existentes, assim como as medidas preconizadas ou consideradas necessárias para uma melhor prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Sesimbra.* -----

----- *Na realidade, o trabalho da referida Comissão decorreu durante alguns meses, tendo sido realizados, pela mesma, encontros diretos com as diferentes instituições, iniciando o seu contato com a Unidade de Saúde Familiar do Castelo, à qual se seguiram as seguintes instituições: UCSP de Sesimbra, UCSP da Quinta do Conde, Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde, Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde, terminando com o ACES Arrábida.*-----

----- *Globalmente, as reclamações mais evidentes eram direcionadas para as questões relativas à degradação das instalações, nomeadamente humidade nas paredes e a conseqüente existência de bolores nas paredes e nos tetos, e a necessidade de recuperação das antigas instalações, já que algumas instalações atuais não dão resposta adequada à população. Estas situações eram mais evidentes na Unidade de Saúde Familiar do Castelo, na UCSP da Quinta do Conde e UCSP de Sesimbra.*-----

----- *Um outro aspeto em destaque, no referido Relatório, dizia respeito à falta de médicos e outros profissionais da saúde, incluindo insuficiente número de recursos humanos, bem como a falta de material de diagnóstico, nomeadamente aparelhos para medir a tensão arterial, que segundo foi referido, muitas vezes são equipamentos pessoais. Estas foram algumas das questões colocadas por vários responsáveis.*-----

----- *Foi, igualmente, evidenciada a necessidade de outro edifício na zona da Quinta do Conde 1, necessidade essa há muito constatada pela população dessa freguesia.* -----

----- *Em conclusão, dada a importância, abrangência e complexidade dos constrangimentos abordados e na impossibilidade de se realizar uma assembleia municipal temática sobre o Estado da Saúde no Concelho de Sesimbra, foi entendimento da Comissão Sociocultural que o trabalho então desenvolvido devia culminar com a elaboração de um documento de apresentação de medidas de*



Assembleia Municipal de Sesimbra

atuação às diversas entidades intervenientes, procurando assim contribuir para uma melhoria das condições de acesso a saúde pela população do concelho de Sesimbra. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 2 de julho, delibera: -----

----- Solicitar -----

----- 1. Ao Ministério da Saúde que: -----

----- A - Sejam criadas as condições para que a equipa de cuidados paliativos dê resposta às necessidades da população; -----

----- B - Contrate Médicos e Enfermeiros de forma a colmatar as necessidades de funcionamento dos serviços prestados à população; -----

----- C- Diligencie no sentido de dotar os Centros de Saúde do concelho de equipamentos de diagnósticos adequados à prática médica dos profissionais que aí exercem funções; -----

----- D - Diligencie no sentido de dotar o concelho de Sesimbra de médicos de especialidade para o novo centro de saúde de Sesimbra, de forma a evitar a deslocação dos utentes do concelho para outras unidades de saúde fora da área do município. -----

----- 2. Ao Ministério das Finanças que proceda à publicação da portaria de extensão de encargos para que se dê início à obra de construção do novo centro de saúde na Quinta do Conde. -----

----- 3. Ao Governo que diligencie no sentido da imediata construção do novo Hospital do Seixal. ----

----- 4. Delibera ainda reafirmar o apoio da Assembleia Municipal de Sesimbra na defesa do direito constitucional das populações do Concelho à proteção na Saúde. -----

----- 5. Dar conhecimento desta Moção às seguintes entidades:-----

----- Primeiro-ministro; Ministra da Saúde; Ministro das Finanças; Secretária de Estado do Orçamento; Presidente da Assembleia da República; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Unidade de Saúde Familiar do Castelo; UCSP de Sesimbra; UCSP da Quinta do Conde; Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde; ACES Arrábida; ARS Lisboa e Vale do Tejo; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.” -----

----- O Deputado Lobo da Silva prestou Declaração de Voto. -----

----- **Deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção subordinada ao assunto “Pela Defesa da Pesca em Sesimbra – Todos a Uma Só Voz”, cujo teor se passa a transcrever:** -----

----- “A pesca representa a principal atividade económica de Sesimbra, sendo bastante relevante para o traço identitário da população do Concelho. Deste setor depende a sustentabilidade económica e social de elevado número de famílias, estejam elas ligadas diretamente às atividades de captura, comércio e transformação de pescado ou através de atividades conexas. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Face a esta relevância do setor da pesca no Concelho, no mandato 2017-2021, a Comissão Permanente de Desenvolvimento Económico da Assembleia Municipal de Sesimbra, Comissão nº 4, identificou a necessidade de auscultação às entidades que representam os principais agentes do setor. -

----- O conjunto de audições levadas a cabo incluiu um total de 13 entidades, a seguir indicadas por ordem cronológica de auscultação: SESIBAL – Cooperativa Pesca Setúbal, Sesimbra e Sines, ArtersanalPesca – Organização de Produtores de Pesca CRL, Associação Sul dos Armadores de Pesca, Construção Naval e Recreio, Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, da Mútua dos Pescadores, Capitania do Porto de Setúbal e Delegação Marítima de Sesimbra, Docapesca - Portos e Lotas, S.A., da Administração dos portos de Setúbal e Sesimbra, Direção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e a Federação dos Sindicatos do Setor das Pescas. -----

----- Através destas audições foi possível identificar as principais dificuldades e ameaças vivenciadas, recolher contributos para ultrapassar essas dificuldades, assim como salientar alguns progressos registados nos últimos anos. Com esta abordagem foi também possível construir uma perspetiva abrangente sobre a forma como se desenvolve a atividade e qual o papel das diferentes entidades e agentes do setor. -----

----- Nesse sentido, destacam-se as principais conclusões transversais a todos os auscultados: -----

- 1. A carência de profissionais habilitados para as tripulações;-----
- 2. A falta de capacidade de atrair jovens para o setor;-----
- 3. A necessidade de melhoria da oferta formativa para qualificação dos profissionais;-----
- 4. O aprofundamento do diálogo entre os biólogos e profissionais da pesca, no sentido de permitir obter resultados dos modelos de avaliação da biomassa mais ajustados à realidade;-----
- 5. A limitação ao desenvolvimento do setor em Sesimbra que é imposto pela falta de acessibilidade de viaturas pesadas ao porto de pesca;-----

----- Para além destas questões de carácter transversal, na perspetiva das organizações de produtores e associações de pescadores e armadores, existem também preocupações com:-----

- 6. A necessidade de renovação da frota e a falta de fundos comunitários para apoiar essa renovação;-----
- 7. A escassez de estaleiros e de mão-de-obra qualificada para dar resposta às necessidades de manutenção da frota, em particular das embarcações de madeira;-----
- 8. A impossibilidade de os pescadores continuarem a atividade após a reforma, que ocorre aos 55 anos, por ser assumida como uma profissão de desgaste rápido;-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 9. A necessidade de estabelecimento de períodos de defeso para espécies, acompanhado de atribuição de subsídios para o efeito; -----

----- 10. A revisão urgente do Regulamento do Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha;-----

----- 11. O desequilíbrio verificado entre o preço praticado na primeira venda de pescado e o preço de venda final ao consumidor; -----

----- 12. Reforçar as ações de promoção e divulgação que têm sido desenvolvidas para o aumento do consumo de pescado, especialmente junto do público jovem; -----

----- No decorrer da auscultação foram também referidos aspetos positivos e salientada a evolução que o setor tem tido nos últimos anos, como foi o exemplo de: -----

----- 13. A melhoria das condições de segurança e de conforto dos trabalhadores a bordo das embarcações;-----

----- 14. O papel das organizações de produtores na estabilização dos preços e do retorno económico dos pescadores e armadores;-----

----- 15.O projeto pioneiro de constituição do Cabaz do Peixe, que veio permitir melhorar o retorno económico do esforço de pesca dos pescadores e armadores. -----

----- Considerando o exposto a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 2 de julho, delibera:----

----- 1 – Manifestar preocupação com os constrangimentos identificados e expressar solidariedade para com os pescadores, armadores e organizações de produtores do setor das pescas de Sesimbra. ----

----- 2 – Recomendar ao Governo a implementação de medidas efetivas que permitam colmatar as referidas reivindicações sublinhadas por todos os que operam no setor. -----

----- 3 – Reclamar a urgente construção de um novo acesso ao Porto de Abrigo de Sesimbra que resolva problemas já identificados na circulação e descarga de veículos.-----

----- 4 - Dar conhecimento desta Moção às seguintes entidades:-----

----- Ministro do Mar; Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Secretário de Estado das Infraestruturas; Secretária de Estado das Pescas; Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República; Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Secção de municípios com atividade piscatória e portos de pesca); Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Conselho Municipal de Pescas de Sesimbra; Organizações do setor das Pescas de Sesimbra; Comunicação Social local e regional.” -----

----- O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto.-----

----- Estando presente 24 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto a favor do BE e 23 votos contra (12 CDU, 7 PS, 2 PSD e 2 MSU) rejeitar a Moção com o título



“Acontecimentos de Alteração da Ordem Pública”.....

----- Os Grupos Municipais da CDU e do MSU prestaram Declarações de Voto. -----

----- **Deliberou, por maioria com 23 votos a favor (12 CDU + 7 PS + 2 PSD + 2 MSU) e 1 voto contra do BE aprovar a Moção com o título “Moção – Pela Condenação da Violência e Cumprimento das Regras Sanitárias”, cujo conteúdo a seguir se transcreve:**-----

----- *“No passado dia 14 de junho, os portugueses foram surpreendidos por um episódio de violência e vandalismo extremos, perpetrados sobre os funcionários/proprietários de um estabelecimento comercial que é uma referência na vila de Sesimbra.* -----

----- *A informação disponível sobre o grave incidente ocorrido, aponta para o facto de a origem das agressões estar relacionado com uma alegada tentativa de desrespeito pelas medidas de segurança sanitária em vigor, tendo essa reação violenta resultado em comprovados traumatismos físicos nos funcionários/proprietários do estabelecimento comercial, com consequente internamento hospitalar e ao encerramento temporário da atividade do estabelecimento que, refira-se, corresponde à principal fonte de rendimento da família.* -----

----- *A ocorrência deste episódio de grave violência desenvolveu uma situação de alarme social e de sentimento de insegurança junto da população, agravado pelo facto de as forças de segurança, após terem sido chamadas para intervir no local, terem chegado num momento em que os atos de violência haviam já terminado e em que uma parte dos intervenientes já havia abandonado o local.* -----

----- *Tendo em conta a ocorrência deste caso concreto, assim como o facto de o concelho de Sesimbra ter um forte carácter turístico, atividade muito dependente da reputação e da perceção de segurança por parte de quem aqui vive e nos visita, considera-se que uma presença mais assídua e de proximidade por parte das forças de segurança, poderia ter evitado ou minimizado os incidentes ocorridos ou outros semelhantes que possam a vir a ocorrer. Esta presença é de particular importância no momento de pandemia que vivemos, em que se torna essencial garantir o cumprimento de todas as medidas de saúde pública em vigor.*-----

----- *Refira-se que, tendo em conta estes acontecimentos, a Comissão de Líderes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Sesimbra solicitou a auscultação do Comando Territorial de Setúbal da Guarda Nacional Republicana, tendo essa auscultação decorrido no passado dia 21 de junho. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida no dia 2 de julho de 2021, deliberou o seguinte:*-----

----- *1. Condenar todo e qualquer ato de violência e o desrespeito pelas medidas de saúde pública em vigor.*-----

----- *2. Manifestar a sua solidariedade para com os funcionários/proprietários do Snack-Bar “O*



Assembleia Municipal de Sesimbra

Formiga”, pelos acontecimentos ocorridos, e desejar-lhes uma rápida recuperação.-----

----- *3. Sensibilizar a população, em geral, para a necessidade do cumprimento das normas e recomendações de segurança sanitária devido à pandemia COVID 19.* -----

----- *4. Alertar o Governo para a necessidade de reforçar a capacidade das forças de segurança para desempenharem a sua função eficazmente no concelho de Sesimbra, consolidando a pretendida ação mais assídua e de proximidade.*-----

----- *Dar conhecimento às seguintes entidades:*-----

----- *Proprietários do Snack Bar “O Formiga”; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Conselho Municipal de Segurança; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Presidência do Conselho de Ministros; Ministro da Administração Interna; Comando Territorial de Setúbal; Posto Territorial de Sesimbra; Comunicação Social Nacional, Local e Regional.”*-----

----- Os Grupos Municipais da CDU e do BE prestaram Declarações de Voto.-----

----- **Estando presentes, a partir deste momento, 23 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU + 1 PSD + 1 BE) e 9 abstenções (7 PS + 2 MSU) aprovar a Moção sob o tema “Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos”, que se passa a transcrever.**-----

----- *“A AMARSUL foi criada em 1997 com capitais exclusivamente públicos, 51% do Estado, 49% dos Municípios e uma concessão até 2022, mas, em 2014, o Governo vendeu os 51% do Estado, a EGF, ao Grupo privado Motta/Engil e aumentou a concessão até 2034.*-----

----- *Os custos com o serviço dos resíduos urbanos são cada vez mais gravosos e insustentáveis para os municípios e, por obrigação legal, devem incidir sobre os utilizadores domésticos e não domésticos, o que tem efeito através da “fatura da água”.*-----

----- *Para esta situação tem contribuído a privatização da EGF, medidas impostas pelo Governo e a falta de outras para a melhoria do ambiente e o cumprimento de metas adequadas às realidades do País, alterações do Regime Geral de Gestão de Resíduos, do Regime Jurídico de Deposição em Aterro, de atribuições e competências da entidade reguladora, a ERSAR.*-----

----- *•Na Amarsul, com o fim da gestão pública em 2016, o acionista maioritário privado alterou procedimentos e critérios. Encarou este serviço público como um negócio.*-----

----- *Retirou e distribuiu cerca de 6 milhões e 800 mil euros de dividendos acumulados na gestão pública que eram aplicados para conter o aumento da tarifa, investimentos e melhoria de eficiência e condições de trabalho. A não execução ou atrasos de investimentos e a falta de medidas criaram insuficiências e alguma degradação da qualidade de serviço, provocam reclamações de municípios e de munícipes e tem efeitos negativos na recolha seletiva.*-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- •Após 2016, tornou-se inaceitável o aumento da tarifa por tonelada de resíduos sólidos aplicada pela Amarsul aos municípios, refletida nos municípios através da “fatura da água”. -----
----- O valor anual médio da tarifa entre 2016 e 2019, foi cerca de 21€/ton. -----
----- Em 2020- 29,7€- aumento de 41,5%.-----
----- Em 2021 atinge o valor de 32,68€. Um aumento de 55,7%.-----
----- •O resultado financeiro líquido dos exercícios da gestão privada da Amarsul passou a ser negativo, agravando a tarifa para os municípios e seus municípios. (Valores em euros): -----
----- Gestão com privado, (2016/ 2020): +946 mil; +234mil; -153mil; -4,27milhões; -3,84milhões. ----
----- Gestão pública, (2011a 2015): +2,04 milhões; +1,47milhões; +958mil; +215mil; +1,29milhões.---
----- Está criada uma situação preocupante, agravada porque os maus resultados não refletem melhorias significativas de qualidade. Entretanto, ao não tirar o lucro que esperava, o acionista privado exige à entidade reguladora, a ERSAR, o aumento dos proveitos permitidos para a empresa, o que agravaria a tarifa e penalizaria ainda mais os municípios e seus municípios.-----
----- •Aumento brutal da Taxa de Resíduos Urbanos (TGR) imposta pelo Governo e aplicada a resíduos depositados em aterro, suportada pelos municípios e que incide nos municípios através da “fatura da água”.-----
----- Criada em 2006 sem corresponder a um serviço prestado, mas a um imposto com o qual o Estado arrecada muitos milhões de euros e cobre custos dos seus serviços administrativos.-----
----- A receita é entregue ao Estado pela Amarsul, depois de a cobrar aos municípios, por tonelada de resíduos depositados em aterro devido à sua recolha não ter sido seletiva. -----
----- A maior parte deste valor resulta de resíduos produzidos pelos municípios e utilizadores não domésticos que, apesar de muitas vezes terem sido devidamente separados, acabam por ser depositados em aterro devido a insuficiência de serviços disponibilizados. -----
----- Perante esta situação, o Governo não cria medidas para aumentar e melhorar a recolha seletiva e a redução da deposição de resíduos em aterro, nem analisa a possibilidade de transição para outros modos de tratamento dos resíduos urbanos, para além dos aterros. -----
----- Em vez disto, o Governo penaliza municípios e comportamentos da vida quotidiana de municípios, impondo uma taxa que atinge valores inoportáveis: -----
----- 2007 a 2015 -- de 2,0€ para 5,5€/ton. Aumento de 25%/ano; -----
----- 2015 a 2020 -- de 5,5€ para 11€/ton. Aumento de 20%/ano; -----
----- 2020 para 2021-- de 11€ para 22€/ton. Aumento de 100%. -----
----- No total da fatura da Amarsul é cada vez mais elevado o custo com a TGR, que não corresponde a um serviço prestado, em relação ao custo dos serviços prestados pela empresa. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em 2014, o peso foi cerca de 17%. -----

----- Em 2020, foi de 35%. -----

----- Numa faturação de cerca de 12,3milhões de euros, perto de 8 milhões foram serviços prestados pela Amarsul e 4,3 milhões foram arrecadados pelo Estado sem ter prestado qualquer serviço. Por imposição legal, esta penalização incide sobre os municípios e sobre munícipes, com efeito através da respetiva “fatura da água”. -----

----- •Redução permanente de receitas adicionais da Amarsul devido a medidas do Governo para o sector dos resíduos, que incide negativamente na tarifa dos municípios e tem efeito nos munícipes através da “fatura da água”. -----

----- As receitas da Amarsul assentam na tarifa aplicada aos municípios pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos que entregam. -----

----- Existem receitas adicionais resultantes da venda de composto, da produção de energia elétrica através de biogás e da venda de recicláveis, fundamentais para o equilíbrio da tarifa. Contribuem para o equilíbrio financeiro da empresa e da sua tarifa e são importantes do ponto de vista ambiental porque correspondem ao aproveitamento dos materiais recicláveis, à produção de energia elétrica de origem alternativa e ao aproveitamento de matéria orgânica para compostos agrícolas. O Governo, ao criar medidas que levam à redução destas receitas, prejudica o ambiente e a estabilidade económica e financeira da Amarsul, uma vez mais, com reflexos negativos na tarifa aos municípios e seus munícipes. -----

----- Assim, considerando que:-----

----- - É necessário e possível inverter a presente situação, insustentável para municípios e para os seus munícipes;-----

----- - É necessário e possível promover e concretizar medidas que melhorem a eficiência e a qualidade de serviços, promovam e defendam o ambiente, a recolha seletiva e a redução de resíduos e o equilíbrio económico e financeiro das empresas;-----

----- - É necessário e imperioso deixar de impor obrigações em cima dos municípios e dos comportamentos individuais dos seus munícipes para os castigar e penalizar com o brutal aumento de tarifas, de taxas e de custos.-----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, na terceira reunião da sessão ordinária de junho realizada no dia 2 de julho, delibera:-----

----- 1. Manifestar a sua extrema preocupação perante a grave situação em que se encontra o sector dos resíduos urbanos, com problemas ambientais, económicos e financeiros para o município e os seus munícipes;-----

----- 2. Reafirmar a sua defesa de um serviço público de resíduos que promova o ambiente a redução



Assembleia Municipal de Sesimbra

da produção de resíduos, com tarifas que se aproximem dos custos, mas que tenham em conta os critérios sociais da sua natureza pública;-----

----- 3. Manifestar o seu desacordo face à tarifa praticada pela AMARSUL e a sua total oposição à Taxa de Gestão de Resíduos, imposta pelo Governo, custos insuportáveis e cada vez mais elevados que penalizam os municípios e os munícipes de Sesimbra.-----

----- Dar conhecimento da presente moção às seguintes entidades:-----

----- Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho; Associação Nacional de Municípios Portugueses; AMRS; AMARSUL; EGF; ERSAR; Grupo Privado Mota/Engil; Comunicação Social Local e Regional.”-----

----- Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o tema “Pela publicação das Portarias de Extensão de Encargos para a Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde e do Tribunal de Sesimbra, investimentos prioritários para o concelho de Sesimbra” que se passa a transcrever:-----

----- “A população da Quinta do Conde há muito que vem reivindicando por um novo centro de saúde, e quando o atual Centro de Saúde foi inaugurado, as instalações já eram insuficientes para satisfazer as necessidades da população.-----

----- Existe uma candidatura aprovada ao PORLisboa 2020, para a construção desta nova Unidade de Saúde, e a demora no lançamento do procedimento, põe em risco o recebimento dos fundos comunitários.-----

----- Este projeto está previsto para a zona do antigo Centro de Saúde e a Câmara Municipal de Sesimbra cedeu 6 lotes de terreno para a sua construção e está disponível para trabalhar em parceria com o Governo na concretização deste essencial investimento.-----

----- É urgente garantir o acesso de todos à saúde na Quinta do Conde onde mais de quinze mil utentes não têm médico de família; As Urgências dos Hospitais S. Bernardo, em Setúbal e Garcia de Orta, em Almada, estão a colapsar e é necessário um reforço, também ao nível do Serviço de Atendimento Permanente na Quinta do Conde. A construção deste equipamento constitui uma prioridade de investimento para assegurar à população da freguesia da Quinta do Conde o direito à saúde.-----

----- Também o tribunal de Sesimbra, uma obra há muito aguardada quer pela população que por quem ali trabalha, sem condições de segurança e de trabalho. Em 2017 foi assinado o protocolo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, apesar da justiça ser uma responsabilidade da administração central, a câmara municipal cedeu o terreno e mostrou disponibilidade para colaborar numa solução, projeto de arquitetura, acompanhamento e fiscalização da obra e acessos, mas que aguarda lançamento de concurso e assumir o custo de construção no valor de cerca de 1,5 milhões de



Assembleia Municipal de Sesimbra

euros e cujo acordo estabelece um prazo máximo de quatro anos, para que o IGFEJ avance com a obra.

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, tem acompanhado estes assuntos e tendo em conta tratar-se de investimentos prioritários para a região, dependentes de assinatura e publicação das respetivas portarias de extensão de encargos;-----

----- Assim, -----

----- a) Considerando que o Projeto de Execução do Tribunal de Sesimbra ficou pronto, foi aprovado em 2018, e entregue ao IGFEJ em maio de 2019 na parte que corresponde à câmara municipal, e que o acordo celebrado com o IGFEJ estabelece um prazo máximo de 4 anos, encontrando-se agora dependente da publicação da respetiva portaria de extensão de encargos (PEE), para iniciar os procedimentos pré-contratuais; -----

----- b) Considerando que o concurso público para a empreitada de construção da nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde encontra-se dependente da publicação da portaria de extensão de encargos (PEE), e sobre um investimento, de quase 1 milhão de euros existe o risco do respetivo financiamento comunitário, cuja comparticipação que pode chegar aos 50%, após o lançamento do procedimento concurso, ficar comprometido; -----

----- A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 02 de julho de 2021 delibera:-----

----- - Exigir ao Governo a publicação da portaria de extensão de encargos (PEE) que permita ao IGFEJ avançar com o procedimento com vista ao lançamento da empreitada de construção no novo a Tribunal de Sesimbra;-----

----- - Exigir ao Governo a publicação da portaria de extensão de encargos (PEE) que permita a ARSLVT avançar com o procedimento da construção da nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, e garantir o cofinanciamento comunitário de 50%.-----

----- Dar conhecimento da presente moção: -----

----- Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Ministra da Justiça; Ministro das Finanças; Secretária de Estado do Orçamento; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; IGFEJ; ACES Arrábida; Comunicação Social Local e Regional e Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.”-----

----- **Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o tema “Pelo Urgente Desassoreamento da Lagoa de Albufeira” cujo teor é o seguinte:** -----

----- “A Lagoa de Albufeira constitui um dos principais elementos do património natural e ambiental do concelho de Sesimbra. Este sistema lagunar e toda a zona húmida que o envolve, constituem um



Assembleia Municipal de Sesimbra

habitat único, no qual se desenvolve um leque diversificado de fauna e flora. Infelizmente, devido ao acentuado grau de assoreamento em que se encontra, a sua sustentabilidade corre um elevado risco.

Ao longo de anos, a Lagoa de Albufeira tem-se afirmado também como um ponto de atração para quem visita o nosso concelho, seja para a prática das mais diversificadas atividades náuticas ou pela simples contemplação da sua beleza natural. -----

----- Desde tempos ancestrais, a massa de água que constitui este sistema lagunar tem sido uma importante fonte para a obtenção de alimento e para a atividade económica que a comunidade local desenvolveu nesse domínio, seja através da captura das diferentes espécies de pescado aí existentes, através da produção de bivalves ou ainda, através dos reconhecidos estabelecimentos de restauração com atividade nessa localidade e nas áreas circundantes. -----

----- Reconhece-se que houve um período da história recente em que a zona em torno da Lagoa de Albufeira foi alvo de uma ocupação desordenada e ilegal, colocando em risco esse habitat natural e a própria qualidade da água. Felizmente, essa situação que foi revertida nos últimos anos, com enorme esforço dos residentes e do município, constituindo-se atualmente como um exemplo a nível nacional do modelo de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) num espaço ordenado e devidamente infraestruturado, contribuindo assim para a valorização do património ambiental que constitui a Lagoa da e Albufeira. -----

----- Apesar de todo este esforço e compromisso dos diferentes intervenientes na requalificação, infraestruturação e ordenamento da área circundante ao sistema lagunar, não se verificou qualquer correspondência no que diz respeito à respetiva manutenção e qualificação da massa de água. -----

----- Ao longo de anos, no que tem sido uma evolução natural de todo o sistema, residentes e visitantes têm assistido a uma crescente acumulação de sedimentos na lagoa principal, sem que nenhuma medida estrutural seja adotada para a sua recuperação ou inversão de tendência. O nível de assoreamento atingido atualmente no interior da Lagoa de Albufeira é de tal ordem, que a abertura ao mar que anualmente se realiza, devido ao diferencial de cotas face ao nível do mar, não é suficiente para que aconteça a essencial renovação da massa de água do seu interior. -----

----- A deterioração da situação tem sido exponencial e atingiu um ponto que deixou de ser tolerável para quem ali vive ou desenvolve a sua atividade profissional. A estagnação das águas provocou uma acelerada degradação da sua qualidade, afetando a sobrevivência da fauna e flora existentes, conforme se pode constatar ao longo das suas margens ou através do cheiro nauseabundo que se propaga por toda a região. -----

----- Constata-se, assim, que a sustentabilidade ambiental da Lagoa de Albufeira e que o habitat único que nela se desenvolve corre um elevado risco, que o local está rapidamente a deixar de ser um



Assembleia Municipal de Sesimbra

ponto de atração para quem pretendia usufruir da sua beleza natural, desenvolver atividades náuticas ou que, simplesmente, procurava a riqueza gastronómica que as suas águas proporcionavam. -----

----- A população local e os agentes económicos que aí desenvolvem a sua atividade desesperam para que, no curto prazo, seja implementada uma solução estrutural para o problema, e encaram com enorme incompreensão e sentimento de injustiça as intervenções de carácter semelhante às necessárias para a Lagoa de Albufeira, que vão sendo realizadas noutros locais do país. -----

----- Por tudo isto, é urgente atuar e inverter o imobilismo que as autoridades nacionais competentes têm demonstrado para a resolução do crescente assoreamento da Lagoa de Albufeira. É urgente estudar e desenvolver a solução técnica a implementar no local para que a médio prazo a situação não se repita. É urgente disponibilizar os meios financeiros necessários para a intervenção na Lagoa de Albufeira, à semelhança do que aconteceu com intervenções de carácter semelhante que já se encontram em curso noutros locais do país. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio:-----

----- 1. Manifestar a sua solidariedade para com a população local e os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade na Lagoa de Albufeira pela intolerável situação de degradação que se vive num dos principais elementos do património natural e ambiental do concelho de Sesimbra; -----

----- 2. Alertar o Governo para a acelerada degradação da qualidade ambiental da Lagoa de Albufeira, resultante do seu crescente assoreamento e que atualmente põe em causa a sustentabilidade do habitat único, ali existente; -----

----- 3. Exortar a Agência Portuguesa do Ambiente para implementar urgentemente o “Projeto de Abertura e Desassoreamento da Lagoa de Albufeira” que permita, no curto prazo, reverter a situação atual e se traduza no menor impacte para o ecossistema.. -----

----- Dar conhecimento da presente Moção ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao Gabinete do Sr. Ministro do Mar, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, à Agência Portuguesa do Ambiente, ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, à Associação Portuguesa de Aquacultores, à Câmara Municipal de Sesimbra, às juntas e assembleias de freguesia do concelho, órgãos de comunicação social local, regional e nacional.” -----

----- Deliberou, por maioria, com 1 voto a favor do BE e 22 abstenções (12 CDU + 7 PS + 1 PSD + 2 MSU) aprovar a Recomendação à Câmara Municipal sobre o assunto “Empreendimentos Imobiliários Turísticos”, que se passa a transcrever.-----

----- “A Aldeia do Meco tem, há alguns anos, vários empreendimentos imobiliários/turísticos com o parecer favorável de diferentes entidades. Só para citar os mais importantes podem referir-se o Pinhal



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Atlântico, o Pinhal da Mata, o Empreendimento Turístico na rua do Casalinho e o Empreendimento MecoMar na saída para o Cabo Espichel. -----

----- Se forem todos construídos, estes empreendimentos irão acrescentar cerca de 1800 camas a uma zona ambientalmente sensível, parte integrante do Sítio de Interesse Comunitário Arrábida/Cabo Espichel. Os impactos deste processo, não apenas sobre o equilíbrio ambiental, mas também na rede viária, na circulação automóvel, na biodiversidade ou na preservação dos recursos hídricos serão enormes. -----

----- Há habitantes da Aldeia do Meco preocupados com esta situação que se organizaram por intermédio de uma petição dirigida à Câmara Municipal de Sesimbra e ao Governo com mais de 4000 subscrições, pedindo ponderação no ato de licenciamento daqueles empreendimentos para evitar consequências muito nefastas para aquele local. -----

----- Neste contexto recomenda-se que a Câmara Municipal de Sesimbra e o seu Presidente estabeleçam contactos com estas populações dando lugar ao diálogo e ao esclarecimento que as circunstâncias exigem.” -----

----- Aprovou, por unanimidade, a Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Pela Defesa de Passadeiras Seguras no Concelho de Sesimbra” que se passa a transcrever: -----

----- “As passadeiras para peões constituem um elemento fundamental para a Segurança Rodoviária, permitindo a condutores e peões a identificação dos locais de atravessamento da faixa de rodagem em segurança. -----

----- A função essencial de uma passadeira de peões apenas pode ser cumprida se forem garantidas as condições adequadas de visibilidade aos condutores, permitindo a que na aproximação à mesma, seja possível a sua identificação e atuação em conformidade. -----

----- A adequada identificação e visibilidade das passadeiras é também fundamental para uma tomada de decisão inequívoca de peões e condutores de velocípedes no momento em que necessitam de atravessar a faixa de rodagem. -----

----- Infelizmente, ao longo de todo o concelho de Sesimbra, verifica-se a existência de inúmeras situações de passadeiras de peões que se encontram mal identificadas, por falta de pintura das mesmas ou de iluminação adequada. Mais recentemente, verifica-se também a marcação de passadeiras duplicadas em alguns troços, as quais induzem dúvida e confusão a peões e condutores, colocando por isso em risco a sua segurança. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, com a preocupação de que sejam garantidas as condições de Segurança Rodoviária no concelho de Sesimbra e que se possam evitar acidentes rodoviários ou atropelamentos, vem por este meio recomendar à Câmara Municipal de



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra que nas vias sob a sua responsabilidade:-----

----- 1. Proceda à devida marcação e pintura de todas as passadeiras de peões existentes nas faixas de rodagem do concelho de Sesimbra;-----

----- 2. Elimine as passadeiras de peões que se encontram duplicadas e/ou mal localizadas em alguns troços de faixas de rodagem do concelho de Sesimbra;-----

----- 3. Identifique a necessidade e implemente novas passadeiras de peões nas faixas de rodagem do concelho de Sesimbra;-----

----- Deverá ser dado conhecimento da presente Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho, Infraestruturas de Portugal, aos órgãos de comunicação social local, regional.”-----

----- O Grupo Municipal da CDU prestou Declaração de Voto.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**-----

----- Neste período não se verificou qualquer intervenção.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **4º Ponto da Ordem de Trabalhos**-----

----- **Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens**-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, recomendar à Câmara que considere as propostas aprovadas na 18ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “Proteger e valorizar o habitat natural na comunidade local e no mundo. Qual é o nosso contributo?” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2022.-----

----- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----

Sesimbra, 5 de julho de 2021.

A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.